



O TRABALHO DOCENTE E AS QUESTÕES DE GÊNERO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS NO NORTE DE MINAS GERAIS

TRABAJO DOCENTE Y CUESTIONES DE GÉNERO EN LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA DE SECUNDARIA EN ESCUELAS DEL NORTE DE MINAS GERAIS

TEACHING WORK AND GENDER ISSUES IN HIGH SCHOOL PHYSICAL EDUCATION CLASSES IN SCHOOLS IN NORTHERN MINAS GERAIS

*Amanda Emanuele Pereira Gonçalves*¹

*Carla Chagas Ramalho*²

*José de Andrade Matos Sobrinho*³

RESUMO

O gênero e suas expressões ocorrem através de construções sociais em diversos espaços, incluindo a escola. Com este entendimento, esta pesquisa teve como objetivo analisar como professoras(es) de Educação Física encaram as estruturas de gênero no contexto das suas aulas no Ensino Médio, em três escolas do norte de Minas Gerais. Utilizamos como metodologia a observação livre e a entrevista semi-estruturada. Categorizamos o resultado em cinco campos: Gênero e sexo biológico; Desigualdade de gênero na sociedade; Desigualdade de gênero nas aulas de Educação Física; Gênero como conteúdo nas aulas de Educação Física no Ensino Médio e Aulas mistas ou co-educativas. Concluímos que se os(as) professores(as) não trabalharem com um olhar crítico em relação às questões de gênero, suas aulas são capazes de gerar e reforçar desigualdades que colocam homens e mulheres em posições diferentes socialmente. Assim, compreendemos como o trabalho docente deve ser permeado por debates críticos sobre gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Professoras(es); Desigualdades.

¹ Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professora da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

RESUMEN

El género y sus expresiones se producen a través de construcciones sociales en diferentes espacios, incluida la escuela. Con este entendimiento, esta investigación tuvo como objetivo analizar cómo los maestros de Educación Física enfrentan estructuras de género en el contexto de sus clases de secundaria, en tres escuelas en el norte de Minas Gerais. Utilizamos como metodología la observación libre y la entrevista semiestructurada. Clasificamos el resultado en cinco campos: género y sexo biológico; Desigualdad de género en la sociedad; Desigualdad de género en las clases de educación física; El género como contenido en las clases de educación física en la escuela secundaria y las clases mixtas o mixtas. Concluimos que si los maestros no trabajan con un ojo crítico en relación con los temas de género, sus clases son capaces de generar y reforzar desigualdades que colocan a hombres y mujeres en diferentes posiciones sociales. Por lo tanto, entendemos cómo el trabajo de enseñanza debe estar impregnado de debates críticos sobre el género.

PALABRAS CLAVE: Género; Maestros; Desigualdades

ABSTRACT

Gender and its expressions occur through social constructions in different spaces, including the school. With this understanding, this research aimed to analyze how Physical Education teachers (s) face gender structures in the context of their high school classes, in three schools in the north of Minas Gerais. We used as methodology the free observation and the semi-structured interview. We categorized the result into five fields: Gender and biological sex; Gender inequality in society; Gender inequality in Physical Education classes; Gender as content in Physical Education classes in High School and Mixed or co-educational classes. We conclude that if teachers do not work with a critical eye in relation to gender issues, their classes are capable of generating and reinforcing inequalities that place men and women in different social positions. Thus, we understand how the teaching work should be permeated by critical debates about gender.

KEYWORDS: Gender; Teachers; Inequalities.

* * *

Introdução

Existe uma literatura vasta que demonstra gênero como um fator social, podemos citar aqui Scott (1995), Grossi (1998) e Altmann (1998), por exemplo, que demonstram que a sociedade em sua maioria, ainda entende gênero como relacionado a demarcadores biológicos, mas que compreendem que a conceituação de gênero vai muito além de simples questões biológicas. Podemos comprovar essa segmentação de atribuição social cotidianamente, como, por exemplo, nas brincadeiras estipuladas para meninos e meninas. Nesta observação, observamos que desde a infância, os indivíduos são ensinados como devem agir perante as pessoas de acordo com o seu sexo biológico. Quantas vezes já nos deparamos com cenas onde os pais dizem para os filhos que quem pratica tal

atividade é menina, ou quem nunca ouviu alguém falar para uma criança do sexo feminino “comporte-se você é uma menina”?

A partir dessas determinações, que são impostas pela sociedade, as crianças já crescem naturalizando as diferenças relacionadas aos comportamentos definidos para homem e mulher, estipulando papéis distintos para cada sexo, e até mesmo acreditando que existam atividades direcionadas e específicas para meninos e meninas. Como resultante, definimos como os fatores sociais resultam às expectativas que as pessoas têm em relação às outras (MONTEIRO, 2017).

Desta forma, fica claro que os(as) estudantes já chegam nas escolas com uma bagagem de pensamentos que foram construídos ao longo de suas vidas, trazendo com si, valores culturais, éticos, morais, preconceitos, etc. Que são demonstrados durante as atividades e o convívio escolar, importante salientar que essas condições não são determinantes e podem e devem ser modificadas no decorrer da vida, através de aprendizagens científicas ou até mesmo com a vivência em sociedade (BUTLER, 2010).

Essas demarcações de comportamentos sociais relacionadas ao gênero, são vistas e percebidas de forma acentuada nas atividades que precisam de expressões corporais ou outra atividade que tire o aluno ou a aluna da inércia das cadeiras da sala de aula, um exemplo dessa realidade são as aulas de Educação Física. Por este motivo, decidimos analisar como professoras e professores de Educação Física encaram as estruturas de gênero no contexto das suas aulas direcionadas para o Ensino Médio.

Para alcançarmos este objetivo, utilizamos observações livres das aulas (TRIVIÑOS, 1987) e entrevistas semi-estruturadas com os professores e professoras (GIL, 2008). Foram entrevistados(as) quatro docentes de Educação Física em três escolas da rede estadual de ensino da cidade de Montes Claros, sendo duas professoras do sexo feminino e dois do sexo masculino, as entrevistadas e os entrevistados foram escolhidos por conveniência (GIL, 2008), priorizando o tempo para a coleta de dados. Foram observadas oito aulas de Educação Física do segmento do Ensino Médio, sendo sete delas práticas e uma aula exclusivamente teórica.

Este trabalho finca sua justificativa na preocupação com o aumento de dados relacionados a violência contra mulher, pois consideramos que a imposição social masculina, onde hierarquicamente é atribuído valores ao ser masculino, aglutina valorizar gestos violentos contra pessoas do sexo feminino. Podemos corroborar esse pensamento com estatísticas que traduzem os números de violências contra mulher: dados divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH) o balanço do Ligue 180 (Central de

Atendimento à Mulher), no período de Janeiro a Julho de 2018, o Ligue 180 registrou 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios. Neste mesmo período, os relatos de violência chegaram a 79.661, sendo os maiores números referentes à violência física (37.396) e violência psicológica (26.527) (BRASIL, 2018c).

Concordamos que a violência contra a mulher está relacionada à desigualdade de gênero e à cultura da sociedade, pois:

As mulheres, durante grande parte da história, tiveram seus direitos limitados em diferentes locais e períodos, além de terem sua participação social relegada muitas vezes à esfera familiar. Enquanto aos homens cabia o mundo do trabalho, o poder e as decisões sobre os rumos da sociedade por intermédio dos governos e das Forças Armadas. (MONTEIRO, 2017, p. 4)

Dentro deste contexto, justifica-se a realização deste estudo para produzir conhecimentos que contribuam com subsídios teóricos para professores(as) que atuam na rede de ensino para redução de discriminações relacionadas a gênero, ao menos, durante as aulas de Educação Física.

Para chegarmos ao objetivo atribuído a este artigo, dividimos nossa base teórica em três partes, são elas: Gênero; Gênero e a Educação Física; O papel dos(as) docentes de Educação Física.

Gênero

Faz-se necessário pontuarmos que gênero possui várias formas de conceituação, e que neste trabalho iremos analisá-lo através da perspectiva pós-estruturalista, a qual define gênero por uma performatividade inconstante e flexível, onde envolve deslocamentos para haver uma significação para atribuir o que deve ser esperado para o ser feminino e para o ser masculino (BUTLER, 2010). Assim, respeitamos as demais visões atribuídas para o gênero, mas delimitamos nossa visão de estudo nesta corrente e com suas fundamentações.

A contribuição de Butler (2010) aqui se faz necessário e merece uma explicação aprofundada sobre sua visão e conceituação, pois é através da performatividade de gênero que ações, condutas, gestos, entre outros são cobrados e exigidos socialmente para serem definidos como feminino ou masculino. Este significado pode ser alterado, por exemplo: usar brinco era visto como coisa de mulher e homem não poderia utilizar esse adereço,

atualmente já há uma aceitação social para homens utilizarem brinco, sem ter a sua masculinidade questionada. Esta cobrança do que pode ou não ser realizada para cada gênero ocorre algumas vezes de forma singela, outras de forma firme e impositiva, mas de todas as maneiras tem a função de delimitar atribuições sociais.

Então, em primeiro lugar e acima de tudo, dizer que o gênero é performativo é dizer que ele é um certo tipo de representação; o “aparecimento” do gênero é frequentemente confundido com um sinal de sua verdade interna ou inerente; o gênero é induzido por normas obrigatórias que exigem que nos tornemos um gênero ou outro (geralmente dentro de um enquadramento estritamente binário); a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder, e, por fim, não existe gênero sem essa reprodução de normas que no curso de suas repetidas representações corre o risco de desfazer ou refazer as normas de maneiras inesperadas, abrindo a possibilidade de reconstruir a realidade de gênero de acordo com novas orientações. (BUTLER, 2018, p.40)

No espaço escolar, essas definições e cobranças são enaltecidas e servem como suporte para a construção social de gênero. Como Louro (2011) nomeia, são as identidades escolarizadas, onde “[...] gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos” (p.65).

Tendo esta compreensão da construção social, Scott (1995) atribui gênero como uma categoria de análise de relações sociais. Pois através deste marcador, é viável a leitura de percepções e atribuições sociais, o que resulta numa significação de poderes. Logo, o gênero é compreendido como importante categoria que reflete poderes, significados e relações de um determinado tempo e espaço, podendo ser modificado de acordo com a realidade que o cerca (BUTLER, 2010).

Assim, o gênero relaciona-se ao modo como as pessoas vivem o sexo masculino e o sexo feminino em suas relações sociais, estes modos são construídos através da cultura, em todos os ambientes sociais (PREREIRA; OLIVEIRA, 2016). Corroborando com estas ideias, Costa, Silveira e Madeira (2012) afirmam que ser homem ou ser mulher não é determinado apenas pelo sexo biológico, e sim, pelas relações sociais e culturais que o indivíduo possui, uma vez que são estas que definem os lugares, deveres e direitos dos mesmos. A atribuição de conceitos, maneiras e funções distintas para homens e mulheres é algo arraigado na cultura social. Através disto, os indivíduos se vêem em posições opostas e desiguais perante a sociedade.

A sociedade em que vivemos ainda propaga o pensamento de que os órgãos genitais são o que determinam se um indivíduo é homem ou mulher, no entanto, o “[...] que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” (JESUS, 2012, p. 09).

Importante apontarmos neste trabalho, que tem a pretensão de auxiliar na prática docente de professores e professoras, que há também gêneros não-binários, que vão contra a imposição social que lhes é dada no seu nascimento e que extrapolam os limites dos polos binários (REIS; PINHO, 2016). Ou seja,

indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações. (REIS; PINHO, 2016, p. 8).

Grossi (1998) não acredita que exista definição inerente das condutas de homens e de mulheres, apesar das infinitas regras que a sociedade impõe para supostamente determinar a questão biológica como diferenciação dos sexos. Desta forma, a autora define “*sexo*” como a forma biológica de diferir homens e mulheres, “*sexualidade*” como um conceito que se refere às práticas e sentimentos que tem relação com as atividades sexuais dos indivíduos e “*gênero*” como um determinante social, cultural e historicamente estabelecido.

A categoria gênero também pode surgir para discutir a respeito da subalternidade da mulher, sua reprodução e as diversas formas que asseguram a superioridade dos homens na sociedade, a partir da imposição das desigualdades de gênero (COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012). Pois, durante toda a história da humanidade as mulheres exerceram papéis secundários em comparação aos homens. Essa dominação masculina foi estabelecida através das diversas maneiras de ensinar homens e mulheres como agir, de forma distinta e hierarquizada (CRUZ; PALMEIRA, 2009).

Numa contextualização mundial, o movimento feminista surgiu em meados da década de 1960 na Europa e nos Estados Unidos, sendo um movimento que buscava uma inovação nas maneiras de homens e mulheres se relacionarem, a fim de dar a mulher independência e autonomia para fazer as escolhas referentes à sua vida e seu corpo. Mostrando a sociedade que existia uma dominação do homem sobre a mulher, desta forma, um não podia responder pelo outro, pois, cada um possuía suas próprias

características. No Brasil, o feminismo tem um maior destaque a partir da década de 1980, onde grupos de mulheres lutavam por uma melhor educação, saneamento habitação e saúde (PINTO, 2010).

Durante a década de 90, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou cinco Conferências Internacionais que visavam debater sobre mulheres, desenvolvimento e educação. Estas conferências reafirmaram a importância da igualdade entre os sexos, com foco especial na educação das meninas e às diversidades entre os gêneros (BRAUNER, 2015).

No Brasil, dentro do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres a educação é tida como um princípio fundamental para a criação de uma sociedade com igualdade entre homens e mulheres, afirmando que para uma educação de qualidade é preciso alcançar igualdade entre os seres humanos, de maneira que, as diversidades presentes na sociedade sejam valorizadas. Desta forma, a educação deve ser igualitária e sem discriminação (BRASIL, 2013).

Por estes exemplos e por esta contextualização teórica que será trazida neste trabalho, podemos corroborar com uma perspectiva de gênero que serve como uma categoria útil de análise (SCOTT, 1995), reconhecendo quais hierarquias e papéis sociais são estipulados e estimulados em certos ambientes sociais. E, a partir dessas informações surgem as seguintes dúvidas: como se expressam as desigualdades entre meninas e meninos nas aulas de Educação Física? Quais posicionamentos a Educação Física escolar têm quanto a essa problemática? Quais as contribuições da disciplina para a formação de alunos que entendam a importância da equidade de gênero?

Gênero e a Educação Física

A Educação Física enquanto componente curricular deve inserir e inteirar a(o) aluna(o) na cultura corporal de movimento, formando um indivíduo que irá produzir, reproduzir e transformá-la. A Educação Física deve permitir que os(as) discentes descubram o sentido nas práticas corporais realizadas, possibilitando a compreensão e a análise das atividades propostas (BETTI; ZULIANI, 2002). Por trabalhar com a cultura corporal de movimento, nas aulas de Educação Física as(os) alunas(os), habitualmente, se expressam através das atividades práticas, onde acabam por externalizar diversos sentimentos, como preconceitos, valores culturais e éticos, inclusive os relacionados a gênero. Em pesquisa realizada por Altmann *et al* (2018), as autoras constataram que as

atividades físicas e esportivas são mais constantes entre os meninos do que entre as meninas, propiciando aos garotos uma maior vivência corporal. As meninas identificam-se com menor grau de competências para praticar atividades físicas e esportivas, expressando assim, menor nível de prazer na prática. A pesquisa também comprovou que as meninas possuem menos apoio social para praticar atividades físicas e esportivas e também, uma menor expectativa para tais exercícios futuramente.

Nos dias atuais, ainda encontramos pessoas que acreditam que meninos são mais eficientes para a execução de atividades físicas individuais ou em grupo, enquanto as meninas são vistas como seres delicados e meigos, que não querem suar e/ou se desarrumar, e por isso, acabam não participando das aulas com a mesma intensidade dos meninos (ALTMANN; AYOUB; AMARAL, 2011). Fica evidente como constantemente estas performances de gênero (BUTLER, 2010) são cobradas durante as aulas de Educação Física, por exemplo, o menino que não gosta de praticar algum esporte é visto como afeminado, como também se tiver(em) menina(s) que goste(m) de jogar, são vistas como masculinizadas.

Com a compreensão de que gênero é construído através da cultura, entendemos que aquilo que caracteriza os gostos e prazeres do corpo como masculino ou feminino, não existe de forma natural. É essencial refletir que para caracterizar condutas apropriadas ou não para homens e mulheres, as diferenças culturais e sociais são mais fortes que as diferenças biológicas existentes. Podemos então afirmar que, as diferenças de habilidades entre gêneros, não se originam da parte biológica, e sim, das diferentes formas de experimentar e vivenciar desde o seu nascimento, a cultura corporal do movimento (GOELLNER, 2010).

Frequentemente, os meninos são estimulados a praticar atividades dinâmicas, onde eles conhecem e exploram diversas habilidades motoras. Já as meninas, são incentivadas a comportarem-se de maneira mais tranquila e discreta, praticando atividades que não possuem agitação ou embates. Como as habilidades são aperfeiçoadas a partir de práticas, é nítido por que os meninos muitas vezes apresentam melhor desenvolvimento durante as aulas de Educação Física. Em virtude das experiências de movimento que eles possuem desde a infância, os meninos muitas vezes podem apresentar um maior grau de habilidade que as meninas. Porém, não podemos definir essa “superação” como uma característica nata do gênero masculino (PRADO; ALTMANN; RIBEIRO, 2016).

Diante do exposto, é pertinente que os(as) professores(as) de Educação Física trabalhem e problematizem sobre as questões de gênero em suas aulas, saindo do campo da aptidão natural para os meninos e questionando sobre o tempo e local de prática de ambos os gênero, por exemplo. Desta forma, os(as) docentes estarão dispostos a abrir um diálogo buscando a reflexão das(os) discentes em prol da equidade, ao menos, durante as suas aulas de Educação Física.

O papel dos(as) docentes de Educação Física

Em uma sociedade podemos encontrar diversas culturas, crenças e comportamentos, assim um indivíduo acaba por se diferir do outro. Estas diferenças entre as pessoas podem gerar conflitos sobre inúmeros assuntos. Assim sendo, a escola deve trabalhar as distintas características que encontramos quando convivemos em sociedade, sejam elas relacionadas à raça, gênero, religião, classes sociais, etc., de maneira que, os alunos e as alunas tenham capacidades de contestar os modelos sociais que a sociedade valoriza e/ou impõem como corretos (CARBALLO *et al*, 2018).

Dentro do ambiente escolar, a Educação Física tem um papel importante para a construção de uma sociedade onde haja mais equidade entre os seres, pois, a partir das diferentes corporeidades, é possível trabalhar para que as(os) discentes reconheçam e valorizem as diferenças que existem entre si (CARBALLO *et al*, 2018).

O(a) professor(a) de Educação Física deve empenhar-se para que suas alunas e alunos entendam os problemas e as limitações que a desigualdade de gênero traz para a sociedade através de suas aulas. Desta forma, os(as) docentes devem compreender as diferenças que existem entre os gêneros, e ao mesmo tempo, é importante que eles(as) mostrem aos alunos e alunas que as diferenças devem ser respeitadas e discutidas dentro do ambiente escolar (CRUZ; PALMEIRA, 2009), para evitar uma naturalização que reverbera preconceitos e limitações.

Com as escolas mistas, que surgiram no Brasil a partir da década de 1970, à medida que os movimentos feministas foram ficando cada vez mais fortes, meninas e meninos começaram a ocupar os mesmos locais físico, a terem aulas com os(as) mesmos(as) professores(as) e a praticar as mesmas atividades, teoricamente. Apesar desta criação tão importante, o modelo de escola mista não colocou em pauta as diferenças culturais entre meninas e meninos, pois, o que ocorreu foi à valorização do que era masculino. Desta forma, as meninas foram vítimas de discriminações, pois, elas não

possuíam as mesmas aptidões que os meninos (COSTA; SILVA, 2002), não por falta de capacidade física, mas, muitas vezes por falta de estímulos motores.

Assim, para desenvolver uma educação inclusiva, é essencial saber que existem diversos elementos culturais que tradicionalmente privilegiam certos indivíduos e grupos em comparação a outros, inclusive, na possibilidade e na permanência das práticas esportivas. Os(as) docentes podem reforçar as exclusões e preconceitos presentes na sociedade ou podem diminuí-las. É importante que as(os) profissionais da educação tentem fazer com que suas alunas e seus alunos entendam e pratiquem “[...] o respeito à diversidade, a aceitação das diferenças e o reconhecimento de que cada sujeito vale pelo que é, independentemente de sua aparência corporal, da cor de sua pele, das marcas de gênero ou da orientação sexual que adota” (GOELLNER, 2010, p. 13).

Para que haja no ambiente escolar uma coeducação não basta que meninas e meninos façam atividades juntos. Uma educação coeducativa busca a equidade, de maneira que todas(os) se desenvolvam socialmente, intelectualmente, psicologicamente e motoramente, de modo que, as diferenças entre os sexos sejam valorizadas (COSTA; SILVA, 2002). As conversas em aula e ações pedagógicas a respeito das questões de gênero são indispensáveis, porque permite que as(os) alunas(os) obtenham conhecimentos e comecem a olhar as suas convivências sociais e afetivas de maneira mais questionadora, entendendo as violências e desigualdades presentes na sociedade, estimulando-as(os) a se posicionarem ativamente para desconstruírem essas marcas segregadoras (OLIVEIRA; JAEGER; ROTH, 2019).

Dentro das aulas de Educação Física é primordial que todos(as) experienciem as mesmas práticas corporais. “A postura docente é uma referência que define como meninas e meninos agem e se relacionam entre si” (ALTMANN, 1998, p. 98). Sendo assim, a equidade nas aulas de Educação Física é a valorização de cada indivíduo que esteja presente na aula, reconhecendo as características e habilidades de todos(as). As(os) professoras(es) são responsáveis por intervir durante as aulas, de modo que levem os(as) discentes a refletirem sobre suas atitudes e pensamentos (OLIVEIRA; JAEGER; ROTH, 2019).

Resultados e discussão

Após as observações e as entrevistas realizadas, construímos as categorias que deveriam ser analisadas neste trabalho, dividindo as falas e demarcando assuntos chaves

sobre a temática (GIL, 2008). Chegamos nessas categorizações através da classificação do que foi dito nas entrevistas e nas observações realizadas; aglutinamos ações que se igualavam entre si e formamos grupos que consideramos possuir o mesmo sentido e significado para a nossa análise, ou seja, os dados brutos foram transformados em símbolos (GIL, 2008). Assim, após fazermos as leituras dos dados, os classificamos em cinco categorias, são elas: Gênero e sexo biológico; Desigualdade de gênero na sociedade; Desigualdade de gênero nas aulas de Educação Física; Gênero como conteúdo nas aulas de Educação Física no Ensino Médio e Aulas mistas ou co-educativas?

Para mantermos o sigilo das pessoas entrevistadas, estas serão aqui chamadas de Professor 1, Professor 2, Professora 1 e Professora 2.

Gênero e Sexo Biológico

Ao entrevistarmos as(os) professoras(es), percebemos que existia uma confusão na compreensão da distinção entre gênero e sexo biológico, por este motivo, criamos esta categoria com o intuito de analisarmos a forma deles(as) pensarem sobre o assunto. Dois professores entendem gênero como diferenciação biológica do sexo masculino e do sexo feminino; uma docente entende gênero como diferenciação dos sexos, porém, cita também a diversidade sexual ao apontar a “homossexualidade” em sua fala; apenas uma professora afirmou entender gênero como o “jeito” de ser do indivíduo.

Quando perguntados sobre “o que é gênero”, o Professor 1 afirmou que “Gênero é simplesmente a definição de masculino e feminino, a diferença entre os sexos”. O Professor 2, por sua vez, afirmou que “Gênero masculino e feminino é para separar o masculino do sexo feminino”. A Professora 2 acredita que “Gênero é onde se coloca em termos do sexo masculino e feminino, mas assim, tem vários outros como você pode colocar em termo da homossexualidade”. Por último a Professora 1 afirmou que “Gênero é a forma de uma pessoa ser. Da forma que ela se aceita”.

O entendimento de gênero meramente como uma diferenciação do sexo masculino e feminino é reflexo de uma conceituação do senso comum, ou seja, como já vimos, quando se busca naturalizar escolhas que são feitas através de uma contextualização sócio-cultural. Os primeiros pensamentos que surgiram sobre gênero apoiaram-se no binarismo masculino e feminino, compreendendo gênero como uma relação com o sexo, os conceitos diferenciavam os sujeitos apenas pelas características biológicas (COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012). Reis e Pinho (2016) acreditam que a partir do momento

que se entende gênero como binário, a determinação do que é ser homem e ser mulher se dará apenas sobre as características do corpo, como pelos, seios e quadris, por exemplo.

Mas quando a sociedade começou a compreender gênero como uma construção social e não biológica? Em meados da década de 1970 os estudos feministas consolidaram-se e trouxeram uma nova vertente quando as feministas começaram a observar um padrão de desigualdades que se expressava na dominação/submissão das relações entre homens e mulheres em variadas culturas e mostraram uma ocupação inferior da mulher em diversas sociedades (REIS; PINHO, 2016). Nesta época foram realizados estudos com operárias, camponesas, empregadas domésticas, etc., para mostrar que as mulheres eram oprimidas pela ideologia patriarcal independente do lugar que elas ocupavam, porém, acreditavam também que mulheres das classes trabalhadoras sofriam mais opressão que as outras (GROSSI, 1998).

Portanto, gênero está relacionado a forma como as pessoas se relacionarão, através de gestos e comportamentos, representando a performatividade de gênero, lembrando que o significado desta performatividade não é atribuir uma representação teatral ao ser masculino ou feminino, mas sim ações performáticas que são atribuídas de forma constante aos indivíduos, o que parece até se tornarem ações naturais, mas não são (BUTLER, 2018).

Podemos ligar a este conceito a resposta da Professora 1 que afirmou que “Gênero é a forma de uma pessoa ser. Da forma que ela se aceita”, pois, ao dizer que é a “[...] forma da pessoa ser” podemos fazer relação a representação que o indivíduo fará ao aceitar-se da maneira como ele(a) é, mesmo atrelado aos padrões que cercam esta pessoa, a sua performatividade estará no seu compreender de performatividade, e quantas maiores formas e maneiras de performances diferenciadas, mais possibilidades de transgressões e renovações das expressões de gênero (LOURO, 2004)

Assim, corroboramos que o gênero não pode ser entendido como uma questão puramente biológica, pois, temos orientações culturais e sociais que fazem haver diferenças entre ser homem e ser mulher. Ao perguntar a Professora 2 o que ela entendia por gênero, ela frisou que existe uma diversidade de gênero ao dizer que: “[...] tem vários outros como você pode colocar em termo da homossexualidade” (PROFESSORA 2). Através desta resposta, podemos ver um exemplo de como algumas pessoas ainda confundem gênero com sexualidade, e vale uma explicação a parte para melhor entendimento. A sexualidade, assim como o gênero, também é uma construção social, através do que naturalizamos como ideal ou “normal” permitimos sentir prazer em determinadas situações, incluindo o ato sexual, mas não só ele. Desta forma, a sexualidade

deve ser vista e entendida como uma identidade como todas as outras, que dependem de uma realidade social para ser construída (LOURO, 2011). A relação da sexualidade com o gênero se estabelece quando uma pessoa que tenha uma vagina, precisa se expressar da forma definida como feminina (gênero) e isso inclui ter que gostar de se relacionar sexualmente (sexualidade) com pessoas que possuam pênis.

Assim, por mais que as definições possuam intercessões entre si e acabam sendo interdependente, socialmente, consideramos que para objeto de estudo e de análise devem ser vistos em categorias diferentes, para evitar alguns outros estereótipos comuns, como por exemplo: homem que se relaciona com homem é afeminado e queria ser mulher; ou mulher que se relaciona com mulher é masculinizada e queria ser homem. Estes estereótipos acabam por criar amarras que reforçam pré-conceitos e dificultam um debate amplo.

Estas possibilidades de expressões de gênero e de sexualidade trazem uma variabilidade de possibilidades de identidades que fogem do binarismo simplificado de gênero (ser homem ou ser mulher), e estas pessoas acabam por passar por constantes processos de preconceitos e/ou exclusão na sociedade. Pessoas que não se identificam como seres binários, lutam muito para assegurar seus espaços e para que, seus direitos sejam respeitados a fim de terem dias mais tranquilos sem sofrerem violências físicas, psicológicas e simbólicas frequentemente (REIS; PINHO, 2016; JESUS, 2012).

Assim sendo, podemos afirmar que apesar de terem se passado quase 50 anos após o início dos estudos feministas que buscaram desnaturalizar gênero como uma questão biológica e, por consequência, binária, ainda existe na sociedade atual pensamentos que reduzem o gênero às duas especificidades citadas. Contudo, sabemos que essa concepção não é verídica e imutável. Desta forma, vemos a necessidade de mais trabalhos que busquem alterar as concepções culturais associadas ao gênero.

Desigualdades de gênero na sociedade

Para analisarmos a construção dos papéis sociais de gênero, podemos, inclusive, utilizar a história de Adão e Eva, presente na bíblia. Na narrativa do livro de gênesis encontramos que, homem e mulher são diferentes desde a sua criação, pois, o homem foi feito do limo e sopro de deus e a mulher foi feita da costela de Adão. Mas, a criação da mulher no texto bíblico não foi um castigo ou algo ruim, mas um bem, feito por deus para ajudar o homem (SILVA; ANDRADE, 2009).

Mas por que estamos fazendo referência ao texto bíblico para falarmos das construções de identidades de gênero? Porque Eva sempre foi apontada como um ser ruim, que se deixou ser levada pela serpente, a ponto de comer a maçã envenenada com o pecado, e ainda, conseguiu fazer com que Adão também experimentasse da maçã. Adão, por sua vez é tido como uma vítima, na qual foi extremamente influenciado por Eva, e esta é vista como um ser maldoso e que carrega toda a culpa deste temível erro.

Após essa desobediência de Eva, deus decidiu castigá-los. Porém, o castigo delegado para Adão foi cuidar do paraíso. Através destes fatos percebemos que a cultura patriarcal tem a mulher como um ser frágil, inferior ao homem e que a desigualdade está presente na sociedade desde muito tempo. Neste caso, a mulher (representada por Eva) leva toda a culpa da criação do pecado, enquanto Adão quase não aparece na história, pois, as pessoas só conseguem lembrar que foi Eva quem comeu a maçã. Silva e Andrade (2009) após estudos sobre os textos da bíblia medieval portuguesa afirmam que homem e mulher foram feitos semelhantes quanto à matéria, mas, que desde muito tempo estão em posições diferentes hierarquicamente.

Concepções como estas foram criadas durante toda a história da humanidade, colocando a mulher em uma posição de inferioridade/submissão e como alguém fraco. Esta comparação serve para aguçarmos o olhar as respostas dos(as) entrevistados(as) acerca da desigualdade de gênero que há na sociedade, todas(os) disseram que existe, e três destes, apontaram o mercado de trabalho como um campo onde a desigualdade de gênero se faz muito presente. Como podemos observar:

Com certeza. A sociedade esta sempre em transformação, mas, ainda assim existe muita desigualdade, principalmente na questão trabalhista. Ainda existe muita desigualdade na valorização da mulher no mercado de trabalho (PROFESSOR 1).

Principalmente em termos trabalhistas, acredito que tenha essas diferenças [...] (PROFESSORA 2)

Existe muito, melhorou bastante, as mulheres estão reivindicando seus direitos, mas ainda tem muitos setores que a mulher de certa forma, é discriminada. Tem pesquisas que falam que a media salarial da mulher é inferior ao salário dos homens, com o mesmo cargo e mesma função. Mas acredito também que isso tem diminuído muito. (PROFESSOR 2)

O que os(as) entrevistados(as) disseram em suas respostas é comprovado a partir do momento que sabemos que a maioria da população brasileira é mulher, porém, elas ocupam menos espaço no mercado de trabalho e recebem salários inferiores aos salários

da população masculina. Dados divulgados pelo IBGE afirmam que no quarto trimestre de 2018, as mulheres tiveram uma média salarial de R\$ 2.050 e os homens, uma média de R\$ 2.579. Em meio a 93 milhões de empregados, 43,8% são mulheres, um total de 40,8 milhões, e 56,2% são homens, totalizando 52,1 milhões (BRASIL, 2018a).

Outro fato interessante a ser dito aqui, é que em 2017, 45,9% da classe trabalhadora eram pessoas brancas, que tinham a média salarial de R\$ 2.814,00; 43,7% eram pardos, com rendimento médio de R\$ 1.606,00 e apenas 9,4% dos trabalhadores eram negros, com uma média salarial de R\$ 1.570 (BRASIL, 2018b).

Estes dados confirmam a dimensão das desigualdades de gênero, e também de raça, dentro do Brasil. É muito comum ouvirmos discursos que discriminam, classificam ou excluem pessoas pela cor da sua pele, por sua posição social e por questões de gênero. A cultura brasileira é cheia de discursos misóginos e discriminatórios que propagam a desigualdade de gênero, e em sua maioria, estes discursos colocam o homem em uma posição de destaque sobre a mulher. Quem nunca ouviu o ditado “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”? Ou, nunca ouviu alguém falar com uma criança “pare, isso é coisa de menina”? (WIELECOSELES, 2016).

Outro ponto a ser destacado é a resposta da Professora 1, quando perguntada se na sociedade existem desigualdades de gênero, respondeu afirmativamente:

Existe. Porque como a gente vive em um país machista, eles não aceitam a diversidade, é uma coisa nova, os alunos de agora que estão começando a querer aceitar. Mas, como eles vêm de berços de famílias machistas, muitos meninos acham isso horrível, meninas também. Mas tem uns que são mais cabeça aberta. Isso vai depender da educação familiar. (PROFESSORA 1)

A Professora 1 fala da desigualdade relacionada às questões de gênero enquanto orientação sexual dos indivíduos. Como falamos anteriormente, pessoas que não se enquadram nos padrões que a sociedade acredita serem corretos sofrem discriminação por grande parte da população brasileira. Isto é comprovado pelas divulgações assustadoras de casos de agressões contra gays, lésbicas, travestis e transexuais (SMITH; SANTOS, 2017).

Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB) em 2018 a cada 20 horas um LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) foi assassinado violentamente ou se suicidou após ser vítima de preconceito e LGBTfobia. Esta taxa de mortalidade coloca o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Os dados ainda revelam que “matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no

Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT” (MICHELS, 2018, p. 04).

Desta forma, se faz necessário criar chances de práticas e conversas acerca das questões de gênero dentro da escola e, neste caso específico, apontamos pra essa necessidade dentro das aulas de Educação Física. Para procurar gerar nas(os) alunas(os) reflexões para problematizar essas resistências históricas e culturais (WIELECOSSELES, 2016).

Um fato interessante é que as(os) professoras(es) apontaram que há desigualdades de gênero na sociedade, porém, um professor afirmou não se manifestar dentro do ambiente escolar. Mas, fica-nos uma pergunta: será mesmo que dentro das aulas de Educação Física não há a manifestação das desigualdades de gênero? A Educação Física consegue se isolar das desigualdades que permeiam a sociedade? Veremos na próxima categoria.

Desigualdades de gênero nas aulas de Educação Física

Um dos professores entrevistados trabalha com aulas de Educação Física separada por sexo e por este motivo não fizemos a seguinte pergunta para ele “Nas aulas de Educação Física escolar existem ou se manifestam desigualdades de gênero? Se sim, de que maneira? Se não, justifique sua resposta”. A resposta dos(as) professores(as) quanto a esta pergunta foram as seguintes: “Sim tem. De gênero assim, não com ela já definitiva, tem a tendência em ir para o lado masculino ou feminino.” (PROFESSORA 1); “Sim. Os meninos acham que as aulas de Educação Física é só deles.” (PROFESSORA 2).

Já o Professor 1 deu uma resposta que diferenciou das demais, afirmando que em suas aulas não podia ser observado desigualdades de gênero, como podemos confirmar em sua resposta: “De forma perceptível não, pode ser que aconteça, mas não de forma notória.” (PROFESSOR 1). Porém, dentro das observações realizadas durante as aulas deste mesmo professor, as meninas, em sua maioria, ficavam sentadas nas arquibancadas da quadra, conversando entre si. Outra situação que merece ser destacada foi que, quando os alunos e alunas chegavam à quadra, os meninos corriam para pegar as bolas disponíveis, as meninas iam sentar-se e o Professor 1 perguntava à elas se queriam o Uno para jogar.

Podemos então dizer que de alguma forma há desigualdade de gênero nas aulas deste professor. Porém, como vimos, este professor acredita que gênero está relacionado

apenas à diferenciação biológica dos seres. Desta forma, para ele pode ser algo natural as meninas não participarem de suas aulas, sentarem nas arquibancadas da quadra e irem jogar jogo de cartas. Prado, Altmann e Ribeiro (2016) ajuda-nos a compreender o pensamento do Professor 1, pois, consideram que devido à sociedade ter diferenciado por muito tempo homens e mulheres apenas por suas características biológicas, criou-se um senso de que homens e mulheres deviam ter atividades específicas de acordo com o sexo. Corsino (2010) também vai ao encontro de situações como estas, afirmando que muitos profissionais acreditam que as diferenças de aptidões entre meninos e meninas são naturais, justificando assim, a separação dos sexos para suas aulas.

Não queremos aqui desconsiderar as diferenças biológicas que existem entre homens e mulheres, mas sim, mostrar que a partir das diferenças biológicas, outras diferenças foram construídas (SOUZA; ALTMANN, 1999). Diferenças sociais, que atravessaram gerações e até hoje se fazem presente na sociedade. Ascondutas que tratam meninos e meninas de formas diferentes dentro do ambiente escolar fazem com que estes(as) alunos(as) concordem com certas posturas que a sociedade impõe sobre o ser homem e o ser mulher (CRUZ; PALMEIRAS, 2009).

Quando perguntamos as(os) professoras(es) como se davam as relações entre meninos e meninas dentro das suas aulas, estes responderam que, no geral, a relação entre as(os) alunas(os) era boa, dentro da “normalidade”.

[...] normal... Eu não diferencio muito não. Acho que todos os dois tem capacidade de fazer as atividades (PROFESSORA 1).

[...] uma boa convivência, hoje quase não se vê mais preconceitos dos meninos contra as meninas, ainda tem alguns, mas diminuiu bastante. (PROFESSOR 1)

[...] geralmente costumo colocar ambos os sexos, mas tem turmas que fica mais complicado, aí divido o horário, metade para meninos e metade para meninas. (PROFESSORA 2)

A partir da resposta da Professora 2 podemos ver que existem vários tipos de turmas dentro do ambiente escolar, pois, “[...] a escola convive com diferentes masculinidades e feminilidades ao mesmo tempo” (MACHADO, 2016, p. 04). Assim, é possível que algumas turmas possam aceitar melhor as aulas com turmas mistas que outras.

Nas observações realizadas, uma situação repetida durante as aulas de diferentes professores(as) nos chamou atenção, pudemos perceber que quando o(a) professor(a)

determinava que meninos e meninas tivessem o mesmo tempo para praticar algum esporte utilizando a quadra, os meninos não respeitavam o término do seu tempo, obrigando as meninas a chamarem o(a) professor(a) para que este(a) interviesse para garantir o tempo e que retirasse os alunos da quadra. Confirmando assim, como a Professora 2 afirmou, que os meninos “[...] acham que as aulas de Educação Física é só deles”.

Através das observações realizadas foi possível perceber que a relação entre os alunos e alunas realmente é boa, porém, em nenhuma aula observada tivemos a participação conjunta de meninos e meninas dentro da quadra. Observamos que há uma supremacia masculina no domínio do espaço da quadra, onde os meninos chamam as meninas quando precisam completar times ou, ainda, quando elas pedem permissão para eles para ocuparem espaços na quadra. Diante disto, surge um questionamento: as meninas só participam do jogo quando eles as deixam participar? Souza e Altmann (1999) afirmam que quando meninos e meninas realizam algum esporte juntos(as), muitas vezes ambos os sexos acreditam que os meninos que dominam aquela modalidade. Isto se comprova quando percebemos que os alunos e alunas não entendem o fato dos meninos convidarem as garotas para jogarem apenas para completar o time, como um ato de desigualdade.

Na entrevista, perguntamos aos professores e professoras como se dava a participação das meninas durante as aulas de Educação Física, nós obtivemos as seguintes respostas: “[...] a participação das meninas vem crescendo com o tempo, mas ainda é pequena.” (PROFESSOR 1); “Dentro da escola eu vejo que os meninos participam mais que as meninas, apesar que em algumas turmas, todos participam igualmente [...]” (PROFESSORA 2)

[...] nas minhas aulas são boas, mas eu respeito à capacidade de cada um, o que elas querem fazer ou não querem fazer. Quando não querem participar, deixo assistir a aula e depois, em prova teórica, eu cobro o que dei nas aulas práticas. (PROFESSORA 1)

Assim, vimos que apesar da maioria das aulas de Educação Física observadas, serem com turmas mistas, a coeducação não se faz presente dentro destas aulas. Assim, vimos à necessidade de analisarmos sobre gênero enquanto conteúdo explícito nessas aulas de Educação Física no Ensino Médio.

Gênero como conteúdo nas aulas de Educação Física no Ensino Médio

É importante frisarmos que entre todos(as) os(as) professores(as) entrevistados(as) apenas a Professora 1 afirmou trabalhar com gênero como conteúdo em suas aulas, sendo que ela disse que trabalha com a temática da seguinte forma:

a nível de Ensino Médio, através de pesquisa, conversas em sala de aula, através da pesquisa eu puxo o assunto, peço para pesquisarem, somente na área do esporte, e a partir daí a gente conversa em sala de aula. Mas [...] não deixo passar para o lado pessoal. (PROFESSORA 1)

Quando perguntamos se ela considerava relevante trabalhar esta temática, ela afirmou que “Sim. Porque a gente tem que aceitar a pessoa como ela é, a gente não pode discriminar uma pessoa pela opção que ela fez, devemos aprender a respeitar.” (PROFESSORA 1)

Ao observarmos a aula desta professora, notamos que os(as) alunos(as) trabalhavam de forma conjunta nos jogos de tabuleiro, com grupos bem diversificados, de modo que estavam presentes meninos e meninas, apesar de ser diferente nas aulas práticas. O fato de esta professora trabalhar sobre gênero no esporte é algo muito importante e que provavelmente tenha levado os(as) alunos(a) a refletirem um pouco sobre os padrões que a sociedade tem como corretos. Porém, sabemos que o tratamento de forma igualitária entre os gêneros, ainda é algo distante do cotidiano e da realidade das(os) alunas(os), pois, o debate em sala de aula foi sobre questões de gênero enquanto “[...] potência dentro do esporte”, como afirmou a Professora 1.

Durante a entrevista, a Professora 1 fez questão de frisar em muitos momentos que ela trabalhou gênero apenas no esporte e também que, as diferenças biológicas foram o foco da pesquisa, pois, foi proposto às alunas e alunos que buscassem sobre como pessoas transgêneras são incluídas nas modalidades esportivas. Isso nos comprova que falar sobre gênero dentro da escola ainda é um tabu, por que não falar das questões de gênero que estão próximas aos alunos e alunas? Por que não abordar possíveis desigualdades que existam dentro da escola ou até mesmo nas aulas de Educação Física?

Quando perguntamos aos demais professores(as) entrevistados(as) se eles(as) trabalhavam gênero como conteúdo em suas aulas, eles afirmaram que não trabalhavam

com a temática em si, mas que tentavam sempre fazer com que não houvesse desigualdades.

Não. Gosto sempre de trabalhar a pluralidade, sempre englobando que meninos e meninas trabalhem juntos. (PROFESSOR 1)

Eu procuro não trabalhar isso, eu trabalho em termos de não ter exclusão. (PROFESSORA 2)

[...] confesso que nunca trabalhei o tema específico sobre gênero. A gente trabalha fazendo observações, enfatizando que os direitos são iguais, que todo mundo tem o mesmo direito de realizar uma atividade, de ter o seu lugar na sociedade [...] é uma temática que deveria ter um olhar mais cuidadoso, porque a gente vê muito essa desigualdade e acho que deve ser corrigido, trabalhado na escola, pois é o começo de tudo [...] (PROFESSOR 2)

Por muito tempo, o masculino foi visto como centralidade na sociedade, tendo maior possibilidade e valorização, o feminino por sua vez, para conquistar seu espaço e direitos teve que lutar bastante, através de discursos sociais. Esta maneira de discriminar tudo aquilo que não seja masculino deve ser questionada (RIBEIRO; RODRIGUEZ, 2018).

As concepções e os simbolismos culturais potencializam e segregam os sujeitos de uma sociedade, separando-os em definições. Essas concepções favorecem as diferenças e rotulam os indivíduos em categorias, que são capazes de determinar espaços e formas como cada um deva se comportar. Desta forma, deve ser repensado como as instituições trabalham a “educação e a disciplinarização dos corpos, da sexualidade e do comportamento” (RIBEIRO; RODRIGUEZ, 2018, p. 06), para que estas instituições gerem indivíduos que não aprendam a separar as pessoas por categorias (RIBEIRO; RODRIGUEZ, 2018).

Desta maneira, as organizações deveriam trabalhar sem utilizar estereótipos, de modo que, os indivíduos sejam vistos como pessoas, independente de qual gênero eles pertençam. Quando as instituições se privam de trabalhar questões de gênero, elas acabam não contribuindo para a formação de indivíduos que entendam as diversas situações onde a desigualdade se expressa e assim reconheçam em seu dia a dia as ocorrências de machismo, homofobia ou violência contra mulher (RIBEIRO; RODRIGUEZ, 2018; COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012).

Apesar das(os) professoras(es) entrevistadas(os) afirmarem que trabalham de forma indireta a questão do gênero, a fim de diminuir as desigualdades em suas aulas, não foi possível percebermos nas observações realizadas, algum posicionamento dos discentes para modificar pensamentos e ações de alunas e alunos que reproduzem algum tipo de desigualdade de gênero.

Compreendemos que as pessoas falam de gênero a todo instante, às vezes elas falam e não interpretam que estão falando. Quando as(os) professoras(es) não intervêm nos momentos que meninos falam que as meninas são ruins, que não querem que as meninas sejam do seu time ou quando os(as) professores(as) entendem como normal as meninas não realizarem as atividades que eles(as) propõem em suas aulas, estão falando de gênero, porém, estão reforçando os preconceitos que são produzidos na sociedade. Ou seja, muitas vezes professoras(es) não criticam os papéis sociais ditos normais, contribuindo assim, para que as alunas e alunos aceitem as construções acerca do gênero, que colocam homens e mulheres em posições diferentes.

O trabalho de gênero no ambiente escolar deve possibilitar o desenvolvimento da equidade entre os sexos, gerar debates sobre a temática com reflexões que ajudem na apreensão do verdadeiro sentido acerca do gênero, construindo assim, um espaço educacional que tenha possibilidades iguais para todos os gêneros (SOUZA, 2014).

A partir do que falamos nesta categoria, faz-se necessário analisarmos sobre o posicionamento de meninos e meninas nas aulas de Educação Física no Ensino Médio. Como as alunas e alunos se comportam dentro das aulas? Há inclusão de todas (os) nas aulas? É o que veremos na próxima categoria.

Aulas mistas ou Coeducativas?

Para Costa e Silva (2002) as metodologias de aulas pautadas nos aspectos biológicos devem ser transformadas em ações pedagógicas que tratem das diferenças entre sexo e gênero, buscando uma Educação Física coeducativa, portanto, apenas a introdução das meninas nas aulas de Educação Física não é suficiente para se ter coeducação.

Para Dornelles e Fraga (2009) as aulas mistas são apenas a junção de meninos e meninas no ambiente escolar, já a coeducação é quando surgem questionamentos sobre as relações de gênero, visando criar nos alunos e alunas uma compreensão sobre a estruturação cultural que coloca homens e mulheres em posições diferentes na sociedade,

de modo que eles(as) possam modificar ou diminuir algum tipo de pensamento que tenham adquirido através dessas construções sociais.

A coeducação busca a equidade entre os seres. E dentro das aulas de Educação Física essa equidade se dá através da valorização de cada indivíduo que esteja presente dentro da aula, de modo que, as características e habilidades de todos sejam reconhecidas. Desta forma, os(as) docentes devem intervir durante suas aulas com o intuito de levar suas alunas e alunos a refletirem sobre seus pensamentos e atitudes (OLIVEIRA; JAEGER; ROTH, 2019).

Quando as(os) professoras(es) se posicionam frente às desigualdades que se manifestam durante as aulas, eles estão repreendendo os sistemas de exclusão que existem na sociedade. Além disto, eles mostram aos alunos e alunas que as pessoas se expressam e são diferentes uma das outras, contribuindo para a construção de respeito às diferentes culturas, raças, religiões e gênero (MADUREIRA; BRANCO, 2015).

Observamos nas aulas que alguns alunos até gostariam que as aulas tivessem maior participação das meninas, porém, observamos que tinham outros alunos que ficavam incomodados com a presença das meninas na quadra, dirigindo-se a elas de forma agressiva para que as mesmas saíssem deste espaço. Ao participarmos de forma ativa das observações, fora feita a seguinte anotação sobre esta problemática:

Neste dia, me dirigi à aluna X e perguntei por que ela acha que a participação das meninas é baixa durante as aulas de Educação Física, a mesma relatou que acredita que elas não têm interesse e que os professores não se esforçam para que aja esta prática. (CADERNO DE OBSERVAÇÃO)

Através da estratégia e metodologia que as(os) professoras(es) utilizam em suas aulas é que a educação equitativa é construída (OLIVEIRA; JAEGER; ROTH, 2019). Desta forma, podemos perceber que as(os) professoras(es) citadas(os) não conduzem suas aulas de forma coeducativa, pois, quando as(os) alunas(os) apontam que os profissionais não se esforçam para que as meninas participem e que, acreditam que meninos são mais brutos que as meninas, fica nítido que as(os) professoras(es) de Educação Física reproduzem em suas aulas os estereótipos construídos no meio social. Assim, podemos entender a importância dos(as) professores(as) trabalharem de forma clara e diversificada a temática gênero em suas aulas.

Para Oliveira, Jaeger e Roth (2019, p. 18) é possível desconstruir os estereótipos de gênero nas aulas de Educação Física, através de “discussões, debates, rodas de

conversa, auxílio aos/as colegas que tem dificuldades, utilização de jogos mistos”.Podemos então afirmar que a prática docente interfere diretamente no modo como as meninas participam das aulas, já que ele(a) é quem dirige as ações pedagógicas e pode influenciar nas relações entre meninos e meninas. As alunas apontaram que falta um maior estímulo por parte dos(as) professores(as) para despertar nelas um maior envolvimento nas aulas.

Quando perguntamos aos(as) docentes se as suas aulas eram mistas ou separadas, obtivemos as seguintes respostas: “Mistas. Porque não deve ter diferenciação de gênero.” (PROFESSOR 1)

Mistas. Quando se trata de uma modalidade, eu procuro trabalhar os primeiros passos com todos, futsal geralmente eu separo. Metade para um, metade para outro. (PROFESSORA 2)

Mistas. Quando as aulas estão dentro da carga horária, eu dou aulas mais recreativas, não coloco a competição. Acredito que as aulas devem ser feitas pelo perfil, se o aluno não tem afinidade com esta modalidade, ele não precisa participar, temos que respeitar. (PROFESSORA 1)

Todos afirmaram trabalhar com aulas mistas, porém, quando fizemos as observações percebemos que por mais que nas aulas meninos e meninas estivessem presentes, não havia uma interação entre si dos alunos e alunas, ou seja, mistas sim, mas sem serem coeducativas. Saraiva (2005) *apud* Corsino (2012) aponta alguns métodos para que as aulas de Educação Física sejam coeducativas, sendo eles: propiciar a prática de atividades conjuntas entre meninos e meninas; o(a) professor(a) deve dar tratamento igual a meninos e meninas, cobrando dos alunos e alunas as mesmas coisas, é interessante também que os professores utilizem os problemas sucedidos durante as aulas para problematizar sobre a co-educação.

Crocetta (2013) afirma que professoras(es) e alunas(os) ainda apresentam resistências em praticar atividades conjuntas nas aulas de Educação Física. Essas dificuldades se expressam quando os alunos reprovam a presença na quadra de colegas do sexo oposto ao seu, isto é muito comum e também se fez presente nas escolas pesquisadas. Percebemos isto através da fala de um aluno que afirma que as meninas são “chatas” quando vão participar da aula. Mas, um fato muito interessante é que uma aluna, que tem aulas de Educação Física separada dos meninos, afirmou que prefere as aulas mistas, pois, quando “[...] junta menina e menino, tem mais competitividade, as meninas juntam contra os meninos, ai fica tipo com aquela revanche. Quando é menina com

menina não tem muita graça” (CADERNO DE OBSERVAÇÃO), afirmando ainda que “[...] tem menina também que em algumas brincadeiras, são meio frescas, tipo futebol e tal, os meninos não, a gente joga junto e tal” (CADERNO DE OBSERVAÇÃO).

Através desta observação e conversa com a aluna supracitada, percebemos que as aulas separadas por sexo não satisfazem todos as(os) discentes do Ensino Médio. Pois, a aluna apontou que dentro das aulas separadas por sexo, as meninas que queiram participar das aulas se vêem impossibilitadas de realizarem, pois, algumas alunas não mostram interesse e não praticam da atividade proposta pelos (as) professores (as).

Devemos destacar também que as aulas de Educação Física não são pautadas apenas no esporte, pois, temos vários outros eixos a serem trabalhados como conteúdo durante as aulas. A Educação Física deve vencer a dominação do esporte enquanto conteúdo nas suas aulas, para que seja possível trabalhar outros temas, como dança, ginástica, jogos e lutas (CORSINO, 2012).

Para Wielecrosseles (2016, p. 17) “[...] somente misturar não significa superar estereótipos e preconceitos referentes às questões de gênero”. É fundamental que não haja por parte dos professores e professoras um olhar que rotule as alunas e os alunos, de modo que as intervenções em suas aulas sejam observadas cuidadosamente para não reproduzirem as desigualdades, já que nas aulas os(as) discentes constroem, reconstroem e fortalecem suas identidades (ARAÚJO; MOURA, 2016).

Quando perguntamos as(aos) entrevistadas(os) se durante as aulas existiam conflitos entre meninos e meninas, o Professor 1 afirmou que em sua maioria não existia, mas, “[...] as vezes acontece dos meninos falarem que as meninas não sabem jogar...” e a Professora 2 disse que existia, pois, “[...] quando se coloca misto, os meninos acham que o time que tiver mais meninas irá perder”.

Através destas respostas e após as observações realizadas, podemos afirmar que as aulas de Educação Física se estruturam de forma mista, porém, sem uma preocupação maior com a coeducação. Pois, percebemos que mesmo com as turmas mistas não existe uma interação entre as(os) alunas(os), além das diferenças entre meninos e meninas serem utilizadas para colocar meninos e meninas em posições diferentes dentro das aulas.

Apesar das(os) professoras(es) não reconhecerem possíveis implicações que manifestam desigualdades de gêneros em suas aulas, nenhum dos(as) entrevistados(as) acredita que exista práticas corporais que são exclusivas para meninos ou para meninas. Isso foi percebido através das respostas de todas(os) entrevistadas(os) na seguinte questão

“Em sua opinião, existem esportes exclusivamente para meninos e exclusivamente para meninas? Justifique sua resposta”.

Não. Existem práticas de atividades adaptadas, a gente tem que dar uma atividade e olhar a capacidade que cada um tem de fazer. Porque ninguém é igual a ninguém [...] (PROFESSORA 1)

Não. Todas as práticas corporais podem ser adaptadas tanto para masculino, como para feminino (PROFESSORA 2)

Não. Toda prática pode ser feita por ambos os sexos. (PROFESSOR 2)

Desta forma, podemos confirmar que apesar dos(as) professores(as) não reconhecerem as desigualdades que se manifestam dentro das suas aulas de Educação Física no Ensino Médio, elas(es) não acreditam que exista atividades específicas para cada sexo. E consideramos isto como satisfatório para a nossa pesquisa.

Considerações

A partir de tudo que foi discutido neste trabalho, podemos perceber que apesar das aulas de Educação Física serem mistas, ainda assim, não são compreendidas como coeducativas, visto que, meninos e meninas habitualmente não praticam as atividades juntos(as). Desta forma, as diferenças existentes entre eles são reconhecidas, porém, estas diferenças ao invés de serem valorizadas, são capazes de colocar os gêneros em posições bem diferentes no que diz respeito às aulas de Educação Física.

Assim, através da pesquisa realizada foi possível concluir que as aulas de Educação Física manifestam desigualdades de gênero e que esta desigualdade é desconsiderada pelas professoras e professores. Pois, através das observações percebemos que em sua maioria, apenas meninos participavam das aulas de forma mais ativa, e que, as meninas por sua vez, quase sempre ficam sentadas nas arquibancadas da quadra, conversando ou jogando uno. Outro fato a ser destacado aqui, é que os alunos não observam as desigualdades que se fazem presentes durante as aulas, porque, observamos que eles não entendiam como desigualdade o fato dos meninos chamarem as meninas para participarem do jogo apenas quando precisavam completar os times.

Wielecrosseles (2016) e Souza (2014) afirmam em seus estudos que para os (as) professores(as) conseguirem conhecimentos mais profundos sobre gênero é preciso que eles busquem aperfeiçoamentos a fim de mudar suas abordagens metodológicas, com

objetivos de alterar a realidade da educação brasileira, no que os(as) compete. Importante não excluirmos o importante trabalho conjunto, que envolva currículos, possibilidades de capacitação de profissionais, debates e diálogos com a comunidade sobre a temática de gênero, sendo necessário um apoio do Estado (em seu sentido amplo) para a realização efetiva desse processo complexo.

Apenas uma professora pesquisada trabalha a temática gênero como conteúdo, os outros professores e professora afirmaram que trabalham gênero de forma indireta, apenas em conversas para tentarem diminuir as desigualdades que se manifestam em suas aulas, porém, quando observamos suas aulas, não foi possível perceber este posicionamento por parte dos professores e da professora.

Os(as) professores(as) entrevistados(as), em sua maioria, acreditam que gênero é apenas a diferenciação biológica dos sexos, por conseguinte, os profissionais têm dificuldades em perceber como em suas aulas são reproduzidos estereótipos presentes na sociedade, pois, meninos e meninas possuem estímulos diferentes dentro das aulas. Através dos dados coletados nesta pesquisa constatamos a importância do trabalho docente para que alunas e alunos se expressem e participem igualmente das aulas de Educação Física, de maneira que estas sejam coeducativas.

Assim, recomenda-se que as(os) docentes de Educação Física busquem formas de aumentar conhecimentos acerca do gênero, com o propósito de, sentirem-se mais preparadas(os) à trabalharem esta temática, para que saibam reconhecer e solucionar possíveis desigualdades que manifeste-se em suas aulas. Além disto, consideramos como importante que os(as) professores(as) de Educação Física do Ensino Médio não carreguem para dentro de suas aulas preceitos, crenças e pensamentos que possam fortalecer as desigualdades e violências de gênero que a sociedade constrói no dia a dia das pessoas. É necessário que o trabalho docente seja permeado por debates sobre esta temática, de modo que, eles(as) possam entender e passar para as(os) discentes os preceitos acerca de gênero e, por conseguinte, gerar uma problematização consciente sobre o assunto.

Apontamos para a importância do apoio do Estado para haver um trabalho que abarque a equidade em seus currículos e nos seus planejamentos educacionais. Mas, problematizamos: será que há algum tipo de pretensão para alterar a hierarquia de gênero na sociedade? Será que uma comunidade sem especificações e estereótipos de gênero é algo plausível em uma sociedade onde é necessário existir trabalhos, empregos e pessoas

subalternizadas? Será que a violência não faz parte de um projeto onde busca reduzir sujeitos, condições e mão de obra?

Por este motivo, consideramos também importante salientar que mesmo com todas as limitações que esses professores e professoras demonstraram ao falar e trabalhar com a categoria gênero em suas aulas, a maioria deles(as) mostrou preocupação em trabalhar de forma onde a equidade sobressaísse em suas aulas. Assim, mesmo com as possibilidades que ainda não foram alcançadas, educadores(as) reconhecem seu papel social, procurando tornar a sociedade (ou sua sala de aula) num local mais justo para se relacionar.

Referências

ALTMANN, H. *Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na Educação Física*. 1998. 110 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ALTMANN, H; AYOUB, E; AMARAL, S. C. F. *Gênero na prática docente em Educação Física: “Meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar?”* Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491-501. Maio/Ago.2011.

ALTMANN, H; AYOUB, E; GARCIA, E. F; RICO, E. R; POLYDORO, S. A. J. *Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 26, n. 1. Abr. 2018.

ARAÚJO, G. M; MOURA, T. N. B. *Divisão de gênero nas aulas de educação física*. Revista Do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Teresina, v. 4, n. 1, p.18-21, Jan. /Jun. 2016.

BETTI, M; ZULIANI, L, R. *Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas*. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, v. 1, n. 1, p. 73-81, 2002.

BRASIL. *Secretaria de Políticas para as Mulheres*. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF, 2013.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Trabalho e rendimento*. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18314-trabalho-e-rendimento.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Quantidade de homens e mulheres*. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca>

o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. *MDH divulga dados sobre feminicídio*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2018c. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em 19 abr. 2019.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens*. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>. Acesso em 20 nov. 2019.

BRAUNER, V. L. *Desafios emergentes acerca do empoderamento da mulher através do esporte*. Movimento, Rio Grande do Sul, vol. 21, n. 2, p. 521-532. Abr./Jun. 2015.

BUTLER, J.. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembléia*, tradução de Fernanda S. Miguens, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

CARBALLO, F. P; FONSECA, A. P. M; FERREIRA, P. S. S; NETO, J. A. R. “*Coisa de menino, coisa de menina*” – O papel da Educação Física na compreensão das relações de gênero como base para uma educação inclusiva. *REVES - Revista Relações Sociais*, vol. 1, n. 4, p. 673-689. Dez. 2018.

CORSINO, L. N. *Relações de gênero na educação física: a construção dos corpos de meninas e meninos nas “misturas” e nas separações da escola*. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9, 2010, Santa Catarina, anais: Universidade de Santa Catarina, p. 1-7. 2010.

CORSINO, L. N. *Educação física escolar e relações de gênero: entre desigualdades e silenciamentos*. SEMINÁRIO DE METODOLOGIA DE ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP – SEMEF, 4, São Paulo, 2012.

COSTA, M. R. F. SILVA, R. G. *Educação Física e a co-educação: igualdade ou diferença?* *Revista Brasileira Ciências do Esporte*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 43-54. Jan. 2002

COSTA, R. G; SILVEIRA, C. M. H; MADEIRA, M. Z. A. *Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina*. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. Dez. 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>. Acesso: 12 out. 2019.

CROCETTA, R. R. *Coeducação e relações de gênero na Educação Física com estudantes do ensino médio*. In: Simpósio sobre Formação de Professores, ed. 5, 2013, Tubarão. Anais... Tubarão, Unisul, 2013. p. 01-08. Disponível em: http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simfop/artigos_v%20sfp/Renata_Crocetta.pdf. Acesso em 24 nov. 2019.

CRUZ, M. M. S; PALMEIRA, F. C. C. *Construção de identidade de gênero na Educação Física Escolar*. Motriz, Rio Claro, v.15, n.1, p.116-131. Jan./Mar. 2009.

DORNELLES, P. G.; FRAGA, A. B.. Aula mista versus aula separada? uma questão de gênero recorrente na educação física escolar. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física – ISSN 2175-8093 – Vol. 1, n. 1, p.141-156, Ago., 2009.

GIL, A. C.. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOELLNER, S. V. *A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade*. Cadernos de Formação RBCE, v. 1, n. 2, p. 71-83. 2010.

GROSSI, M. P. *Identidade de Gênero e Sexualidade*. Coleção Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC, 1998.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2. ed. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional. 2012.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In LOURO, G. L. (Org.). *O corpo Educado: pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MACHADO, A.P. *Meninas e meninos e sua relações de gênero nas aulas de Educação Física*. Salão do Conhecimento: Ciências Alimentando o Brasil. Jornada de Pesquisa. Relatório Técnico-Científico, 2016.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. U. *Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva e Professores/as*. Trends in Psychology- Temas em Psicologia, v. 23, n. 3, p. 577-59, 2015.

- MICHELS, E. *Mortes violentas de lgbt + no Brasil relatório 2018*. Grupo Gay da Bahia. Pelourinho, BA, p. 01-25. 2018. Disponível em: <https://tribunahoje.com/wp-content/uploads/2019/01/Popula%C3%A7%C3%A3o-LGBT-morta-no-Brasil-relat%C3%B3rio-GGB-2018.pdf?x69597>. Acesso em: 20 Nov. 2019.
- MONTEIRO, M. V. P. A. *A construção identitária nas aulas de Educação Física*. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 69, p. 339-59. Abr/Jun. 2017.
- OLIVEIRA, M. C; JAEGER, A. A; ROTH, V. J. S. *Estereótipos de gênero e educação física: diálogos com estudantes de ensino médio*. Arquivos em Movimento, v.15, n.1, p. 75-96. Jan/Jul. 2019.
- PEREIRA, A. S; OLIVEIRA, E. M. B. *Brincadeiras de meninos e meninas: cenas de gênero na Educação infantil*. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 273-288. Jan./Abr. 2016.
- PINTO, C. R. J. *Feminismo, história e poder*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23. Jun. 2010.
- PRADO, V. M; ALTMANN, H; RIBEIRO, A. I. M. *Condutas naturalizadas na educação física: uma questão de gênero?* Currículo sem Fronteiras, v. 16, n. 1, p. 59-77. Jan./Abr. 2016.
- RIBEIRO, A. L. Q; RODRIGUEZ, V. B. C. *A feminilidade e a masculinidade dos indivíduos nas Organizações: a teoria queer e as funções ditas como femininas e masculinas*. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica - UNIFACS, v. 17, p. 162-178. 2018.
- REIS, N; PINHO, R. *Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação*. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, Jan./Abr. 2016.
- SILVA, A. C. L. F; ANDRADE, M. M. *Mito e gênero: Pandora e Eva em perspectiva histórica comparada*. Cadernos Pagu, n. 33, p. 313-342, Jul./Dez. 2009.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade. V. 15, n. 02, p. 71-109, jul/dez. 1995.
- SMITH, A. do S. P. de O.; SANTOS, J. L. O. dos. *Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos*. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, v. 08, n. 2, p.1083-1112, 2017.
- SOUZA, L. A. B. *Gênero e educação: a implantação das políticas públicas*. X ANPED Sul, Florianópolis. Out. 2014.

SOUZA, E. S; ALTMANN, H. *Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar*. Cadernos Cedes, n. 48, Ago. 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WIELECOSSELES, L. M. *Questões de gênero na educação física escolar: educação física um espaço de relações*. 2016. 60 p. Monografia (especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2016.

Recebido em abril de 2020.

Aprovado em julho de 2020.

Revista
Diversidade
e Educação